

Relatório da Plenária Estadual de Economia Solidária

<i>Nome da Atividade</i> V Plenária Estadual de Economia Solidária de Goiás		
<i>Data</i> 28 a 30 de agosto de 2012		
<i>Local</i> Rua 70, 661- Setor Central -Sede da CUT Goiás		
<i>Representantes da Comissão Organizadora presentes</i> Antonio Pereira Chagas - Angela Cristina - Bemvinda Melo- Deusdete Oliveira -Joana D´Arc Aguiar- Luzia Carolina- Zilma Lurdes Lima- (estadual) e Luciane Ferreira (coordenação nacional)		
<i>Responsável ou responsáveis por finalizar este relatório</i> Nome:Joana D´Arc Aguiar de Souza e Zilma Lurdes Lima E-mail:Joanadarcaguiar21@gmail.com e limazii@hotmail.com		
<i>Telefone:</i> (62) 3506-2259/ 8265-8404 (Joana) 3259-0791/ 8434-2971(Zilma) Público		
<i>Total de participantes</i> 34	<i>Mulheres</i> 27	<i>Homens</i> 07
<i>A partir da lista de presença, informar o número de:</i> <i>Empreendimentos:</i> 20 <i>Organizações de assessoria:</i> 12 <i>Órgãos de governo:</i> 02		
<i>Movimentos sociais presentes na Plenária :</i> Agricultura Familiar, Democratização da Comunicação, Cultura Popular, Movimento Sindical		
<i>Programação realizada</i> <i>1º Dia</i> <i>Acolhida, apresentação dos/das participantes -(Antonio Chagas)</i> <i>Dinâmica de Integração - Em que somos iguais, em que somos diferentes (Joana Aguiar)</i> <i>Leitura e aprovação do Regimento Interno da Plenária. (Zilma Lima)</i> <i>Leitura e aprovação da programação</i> <i>Exposição sobre sobre a importancia política das plenárias nacionais e a</i>		

importância da sociedade civil no processo. Breve memória das plenárias anteriores e ênfase na contribuição de cada participante na construção da política de economia solidária
Grupos de Trabalho - Leitura do documento memória das plenárias locais e conhecimento das propostas

2º Dia

Leitura do documento base sobre os temas significativos a serem trabalhados

Dinâmica do Carrossel sobre os temas Sustentabilidade, Autogestão e autonomia, Economia Popular, Emancipação política e econômica dos EES, Território e Territorialidade, Diversidades, Cidadania, organização da sociedade. (Deusdete Oliveira)

Apresentação e debate do produto dos grupos

Elaboração das cartas aos EES, à sociedade civil e ao Forum Estadual.

3º Dia

Leitura das cartas aos EES, à sociedade civil e ao Forum Estadual
Exposição sobre a necessidade de sustentabilidade do Forum Estadual e da necessidade de recursos financeiros para realização de atividades, especialmente no interior.

Atual estrutura do Forum Goiano - coordenação executiva e coletivos territoriais

Eleição dos representantes para a V Plenária Nacional

Exposição sobre o Fundo Solidário, o que é, como funciona, as atividades formativas já realizadas em Goiás para a criação do Fundo Solidário do Forum Goiano.

Leitura da proposta de Regimento Interno. Aprovação do Regimento e eleição da coordenação do Fundo.

Breve relato sobre como ocorreu a Plenária (incluindo se houve colaborador/a convidado/a)

A V Plenária Estadual de Economia Solidária foi coordenada pela comissão organizadora estadual e contou com a presença de uma representante da coordenação executiva do FBES Luciane Ferreira que contribuiu com o debate sobre a importância política das plenárias na construção de uma política pública de economia solidária.

A plenária teve duração de três dias e teve a representação dos municípios onde ocorreram as plenárias locais: Região Metropolitana, Aparecida de Goiânia, Caiapônia e Iporá. No último dia, após a conclusão da V Plenária Estadual, foi realizada uma plenária do Forum Goiano para a criação do Fundo Solidário do Forum Goiano e eleição da coordenação do Fundo, conforme documentos em anexo.

No segundo dia, foi lido e debatido o documento base do FBES, em preparação à V Plenária. Os temas significativos da V Plenária foram debatidos e apresentadas contribuições para cada tema cuja síntese incluímos:

Sustentabilidade - Economia justa e solidária

A economia que queremos é o oposto do que existe:

- Construir uma nova cultura – a cultura do bem viver - e vivenciar os princípios econômicos solidários
- Trabalho sem patrão nem empregado, mas sim cooperação e autogestão.
- Trabalho, saúde, educação, cultura, lazer, preservação do meio ambiente, acesso a recursos financeiros, alimentos orgânicos.
- Ter o necessário para viver dignamente, preservando o direito a gerações futuras (uma economia que se mantenha no tempo).
- Sustentabilidade econômica: Crédito, divulgação e comercialização.
- Incluir os serviços de viagem e turismo nos EES.
- Romper com a submissão e com o preconceito.
- Valorização dos saberes, hábitos culturais, identidades.
- Prática efetiva da autogestão, transparência interna e externa nas ONGS e Empreendimentos.
- Buscar estratégias formativas que nos dêem subsídios práticos e teóricos para construção de um fundo solidário e que seja um processo pedagógico e político.
- Processo cultural: Construir a cultura do bem viver.

II - Autogestão e autonomia

- Os EES terem autonomia para decidir sobre suas necessidades.
- Identificar e agregar novas lideranças ao movimento de ES.
- Assegurar a participação dos associados nas decisões como forma de efetivar a autogestão.
- Realização de assembléias e plenárias para decidirem em conjunto assegurando a democracia interna.
- União, organização, cooperação, participação, formação e renovação de lideranças.
- Investir mais na formação, assegurar o diálogo. Saber ouvir e falar na hora certa. Respeitar as diferenças.
- Romper com a cultura da submissão e reverter qualquer forma de dependência.

- Trabalho de integração entre as políticas públicas de educação, saúde, agricultura familiar e movimento social.

III. Economia popular

- A economia popular não é capitalista, é múltipla diversa baseada na reprodução e sobrevivência, não há lucros.
- Existe uma contradição: a economia popular alimenta os grandes grupos econômicos e a globalização. É portanto capitalista embora os trabalhadores do setor tenham apenas o necessário à sobrevivência.

- A economia solidária busca aproximar da economia popular para que esta não entre na lógica do capitalismo.
- O governo apóia mais a iniciativa do empreendedor individual que os EES.
- Aprofundar o marco legal sobre semelhanças e diferenças entre economia solidária e economia popular
- Envolver os trabalhadores da economia popular em projetos coletivos, como campanhas de assinaturas, marco legal fortalecendo a economia solidária.

IV. Emancipação econômica e política dos empreendimentos

- O mercado constitui um espaço de pesquisa para comercialização dos produtos e serviços da economia solidária
- Relacionamento com o mercado capitalista, trabalho consciente, rompendo com aceitação e passividade.
- Fortalecer empreendimentos e organizações quanto a cadeia produtiva e rede de comercialização na relação com os programas institucionais.
- Emancipação é resultado de um processo de conscientização, divulgação, informação e formação.
- Capacitação para os empreendimentos e gestores em diversas áreas para viabilizar a **PNAE** (Programa Nacional de Alimentação Escolar).
- Buscar meios para que a produção da economia solidária tenha o devido valor no mercado.
- A emancipação é possível quando os sujeitos atuam com liberdade, autonomia, poder de decisão, influência e participação,
- Construção de estratégias que garantam as práticas solidárias.

V. Território e territorialidade

- Reconhecer o território como espaço de identidades, encontros, relações, intervenção social e política, debates e formação. Sbtretudo é um espaço de disputas de poder de projetos de sociedade e economia.
- Potencializar as ações do território como processo de formação na base para ressignificação de conceitos.
- Identificar o potencial econômico, social, a vulnerabilidade que unifique comunidades.
- Criar territórios da economia solidária por meio do ministério das cidades e da integração.
- É uma maneira de ampliar e fortalecer nossa identidade e disputar os projetos políticos do município e região

VI. Diversidade (Gênero, etnia, povos e comunidades tradicionais, orientação sexual, geração, rural-urbano, vulnerabilidade, egressos do sistema prisional, usuários do serviço de saúde mental).

- Na sociedade capitalista os diferentes são excluídos e cabe à economia solidária respeitar a diversidade como princípio de inclusão.
- Criar Gts no Forum Estadual para tratar dessas questões em parceria com ONGS e movimentos.
- Perceber esse princípio da diversidade como base das relações que estamos construindo, não como uma obrigação.

- Reconhecer as mudanças que estão acontecendo por causa das leis, mas o preconceito ainda está inculturado em nós.
- Divulgar amplamente os direitos conquistados e continuo processo de sensibilização para fazê-los valer.
- Estimular a participação da mulher por ainda ser restrita em diversos segmentos.

VII – Cidadania - Organização da sociedade, relação sobre o movimento de economia solidária e estado.

- Conceituar e divulgar a economia solidária nos mais diversos espaços sociais
- Organização de fóruns nos três níveis governamentais.
- Buscar apoio do estado desde que seja respeitada a autonomia dos empreendimentos.
- Defender uma democracia econômica de interesse público
- Lutar pela democratização de recursos públicos, valorizando a economia solidária e agricultura familiar.
- Articular-se com o movimento social, unificar objetivos e propostas conjuntas de lutas e trabalho da economia solidária com os diversos movimentos afins à causa.
- Reconhecer a economia solidária como direito econômico e inclusão social, como um meio de resgate da pessoa e preservação da vida em todas suas esferas.

Lista de assinaturas, relação dos representantes para a V Plenária Nacional e outros em anexo